

Usina Uberaba S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina Uberaba S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Uberaba S.A., relativos ao exercício findos em 31 de março de 2026, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2026 foi caracterizado por um período de baixo crescimento do PIB, alta volatilidade cambial e inflação persistente. Durante o exercício encerrado em 2026, a taxa básica de juros foi mantida em nível elevado, e houve aumento das incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente devido às mudanças na política comercial do governo norte americano, a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito no oriente médio entre os Estados Unidos, Israel e Irã, que afetaram significante os preços do Petróleo no mercado Mundial.

Reforma tributária

Aprovada no ano de 2023, através da Emenda Constitucional nº 132/2023, a reforma tributária busca trazer simplificação do sistema tributário do país, com a instituição do IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de competência Estadual e Municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de competência Federal. O IVA Dual substituirá os atuais tributos ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Outro tributo que passará a ser cobrado é o Imposto Seletivo (IS) de competência Federal. Mas até a total aplicação da reforma, um longo caminho se dará: o chamado período de transição, cujos efeitos se darão até o ano de 2033, período em que coexistirão as duas formas de tributação.

No mês de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispôs principalmente sobre a criação do Comitê Gestor do IBS, formado por representantes dos Estados e dos Municípios, o qual será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição de receitas e uniformização da legislação pertinente ao IBSD.

Importante salientar que estas alterações relativas a reforma tributária não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2026.

Por meio de seu comitê tributário (interno) e de seus assessores jurídicos, a Companhia vem monitorando as publicações legais e regulamentares relacionadas à Reforma Tributária no sentido de avaliar os impactos desta ao longo da Safra 2026/27.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético foi afetado nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício tivemos uma redução de 2,5% na moagem de cana-de-açúcar e conseqüentemente redução de 7,1% na produção industrial, em relação ao exercício anterior, aliado a um moderado aumento nos preços de comercialização do etanol. Eventos climáticos, como geadas e incêndios, afetaram a disponibilidade de matéria, conseqüentemente impactando a moagem.

Durante o exercício encerrado iniciamos a expansão das operações industriais e agrícolas, objetivando um aumento de moagem nos próximos exercícios.

Neste exercício houve a consolidação da comercialização de energia com aumento significativo de receita, além da continuidade da comercialização de levedura, fortalecendo a diversificação das receitas. Estes fatores se traduziram em um resultado consistente e crescente, gerando valor para os acionistas da Usina Uberaba S.A. Na safra 25/26, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, agregando valor aos negócios da Companhia e mantendo o compromisso às certificações do programa.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Nosso histórico de cumprimento de acordos e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina Uberaba S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido.

A Usina Uberaba S.A através de uma estruturada política de relacionamento com fornecedores de cana e parceiros agrícola, vem conseguindo sustentar o seu crescimento de uma maneira consistente. Esta política de relacionamento tem se mostrado fundamental para desenvolvimento do negócio e planos de crescimento.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Uberaba, 30 de junho de 2026.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e acionistas da
Usina Uberaba S.A.**
Uberaba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina Uberaba S.A. (“Companhia”), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usina Uberaba S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 3.5, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.</p> <p>O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas e alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, considerando esse assunto significativo em nosso trabalho de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;– Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e– Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. <p>Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.</p>

Outros assuntos - Demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior não auditadas

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial consolidado da Usina Uberaba S.A. em 31 de março de 2025 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto/SP, 30 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina Uberaba S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025			2026	2025	2026	2025
					(não auditado)						(não auditado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	446.638	285.744	468.688	303.146	Fornecedores	18	80.260	106.570	80.384	108.485
Contas a receber - Clientes	7	5.216	7.700	9.995	9.107	Empréstimos e financiamentos	19 a)	58.738	61.432	60.146	61.487
Contas a receber - Cooperativa	8	36.276	60.284	36.276	60.284	Debêntures	19 c)	10.020	-	10.020	-
Estoques	9	31.878	29.409	31.931	29.448	Passivo de arrendamento	21	3.817	3.817	3.817	3.817
Ativo biológico	10	26.043	95.258	26.043	95.258	Impostos e contribuições a recolher	20	3.755	6.413	3.985	6.515
Adiantamentos a fornecedores	11	63.382	50.616	63.410	50.616	Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.491	7.479	3.064	7.652
Instrumentos financeiros derivativos	24	811	-	811	-	Salários e encargos sociais a pagar		24.539	18.096	24.605	18.176
Impostos a recuperar	12 a)	18.453	16.647	20.546	18.033	Demais passivos	22	13.878	6.279	13.883	6.284
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12 b)	1.474	28.318	1.474	28.318						
Demais ativos		4.332	4.369	4.332	4.369			197.498	210.086	199.904	212.416
		<u>634.503</u>	<u>578.345</u>	<u>663.506</u>	<u>598.579</u>						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19 a)	270.358	186.325	324.560	234.844
Contas a receber - Cooperativa	8	30	30	30	30	Financiamentos - Cooperativa	19 b)	1.230	2.806	1.230	2.806
Impostos a recuperar	12 a)	14.242	11.931	19.855	15.912	Debêntures	19 c)	193.725	-	193.725	-
Depósitos judiciais	13	25.727	19.730	25.727	19.730	Passivo de arrendamento	21	14.122	15.995	14.122	15.995
		<u>39.999</u>	<u>31.691</u>	<u>45.612</u>	<u>35.672</u>	Impostos e contribuições a recolher	20	21.739	16.707	21.739	16.707
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	53.819	43.289	53.819	43.289
						Provisão para contingências	23	914	914	914	914
								<u>555.907</u>	<u>266.036</u>	<u>610.109</u>	<u>314.555</u>
Investimentos	16	207.908	162.782	78.035	40.881	Total do passivo		<u>753.405</u>	<u>476.122</u>	<u>810.013</u>	<u>526.971</u>
Imobilizado	17	907.159	718.865	1.059.024	867.400	Patrimônio líquido	26				
Intangível		723	627	723	627	Capital social		819.547	763.855	819.547	763.855
Direito de uso de arrendamento	21	19.747	22.057	19.747	22.057	Reserva legal		55.491	53.526	55.491	53.526
						Reserva de incentivos fiscais		144.460	144.460	144.460	144.460
		1.175.536	936.022	1.203.141	966.637	Resultado a deliberar		37.136	76.404	37.136	76.404
						Total do patrimônio líquido		<u>1.056.634</u>	<u>1.038.245</u>	<u>1.056.634</u>	<u>1.038.245</u>
Total do ativo		<u>1.810.039</u>	<u>1.514.367</u>	<u>1.866.647</u>	<u>1.565.216</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.810.039</u>	<u>1.514.367</u>	<u>1.866.647</u>	<u>1.565.216</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)	
Receita operacional líquida	27	775.437	785.545	824.695	806.970
Custo dos produtos vendidos	28	(645.629)	(639.031)	(657.501)	(640.935)
Valor justo do ativo biológico	10	(79.082)	(12.875)	(79.082)	(12.875)
Lucro bruto		50.726	133.639	88.112	153.160
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(12.682)	(24.737)	(12.682)	(24.737)
Administrativas e gerais	29	(55.842)	(41.256)	(55.998)	(42.072)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	35.737	3.943	35.324	4.064
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	29.411	12.660	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		47.350	84.249	54.756	90.415
Receitas financeiras	31	46.464	44.038	49.728	44.538
Despesas financeiras	31	(42.244)	(31.311)	(50.233)	(37.070)
Variação cambial, líquida	31	(3)	(4)	(3)	(4)
Resultado financeiro líquido	31	4.217	12.723	(508)	7.464
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.567	96.972	54.248	97.879
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.740)	(19.824)	(4.421)	(20.731)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(10.530)	3.703	(10.530)	3.703
Lucro líquido do exercício		39.297	80.851	39.297	80.851
Quantidade de ações - em milhares		113.591	113.591	113.591	113.591
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,35	0,71	0,35	0,71

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	39.297	80.851	39.297	80.851
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>39.297</u></u>	<u><u>80.851</u></u>	<u><u>39.297</u></u>	<u><u>80.851</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024	<u>616.759</u>	<u>49.483</u>	<u>144.460</u>	<u>172.481</u>	<u>-</u>	<u>983.183</u>
Aumento de capital social (Nota 26 a)	147.096	-	-	(147.096)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26 c)	-	-	-	(25.385)	-	(25.385)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	80.851	80.851
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26 b)	-	4.043	-	-	(4.043)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26 c)	-	-	-	-	(404)	(404)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	76.404	(76.404)	-
Saldos em 31 de março de 2025	<u>763.855</u>	<u>53.526</u>	<u>144.460</u>	<u>76.404</u>	<u>-</u>	<u>1.038.245</u>
Aumento de capital social (Nota 26 a)	55.692	-	-	(55.692)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26 c)	-	-	-	(20.712)	-	(20.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.297	39.297
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26 b)	-	1.965	-	-	(1.965)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26 c)	-	-	-	-	(196)	(196)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	37.136	(37.136)	-
Saldos em 31 de março de 2026	<u>819.547</u>	<u>55.491</u>	<u>144.460</u>	<u>37.136</u>	<u>-</u>	<u>1.056.634</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	51.567	96.972	54.248	97.879
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	178.809	144.057	189.571	144.057
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30 (1.197)	(2.650)	(1.193)	(2.650)
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10 79.082	12.875	79.082	12.875
Reconhecimento estoque Cbios	30 -	8.291	-	-
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10 95.258	91.470	95.258	91.470
Juros e variações cambiais provisionados	15 42.386	30.784	50.052	36.581
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16 (29.411)	(12.660)	-	-
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	24 (811)	-	(811)	-
Depreciação direito de uso de arrendamento	21 3.151	3.121	3.151	3.121
Receita de dividendos mensurados ao custo	30 (17)	(149)	(17)	(149)
Ganho por variação patrimonial de investida	30 (24.514)	(7.347)	(24.514)	(7.347)
Varição de ativos e passivos				
Contas a receber	26.509	(56.730)	23.120	(58.127)
Estoques	(2.469)	(16.562)	(2.483)	(8.311)
Impostos a recuperar	23.662	99.053	21.512	99.003
Adiantamentos a fornecedores	(12.733)	(12.214)	(12.699)	(11.510)
Demais ativos	37	(3.516)	54	(3.516)
Depósitos judiciais	(5.997)	(5.540)	(5.997)	(5.540)
Fornecedores	(26.310)	52.815	(28.101)	52.151
Salários e contribuições sociais	6.443	1.171	6.431	1.255
Impostos e contribuições a recolher	1.256	30.666	302	30.811
Demais passivos	3.038	(495)	3.039	(492)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	407.739	453.412	450.005	471.561
Juros pagos	(24.558)	(24.246)	(25.189)	(25.153)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.544)	(8.764)	(7.933)	(9.671)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	376.637	420.402	416.883	436.737
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativos biológicos	10 (105.125)	(108.133)	(105.125)	(108.133)
Aquisição de investimentos	(15.544)	(62)	(15.544)	(62)
Aquisição de imobilizado	(56.316)	(190.731)	(61.663)	(195.031)
Aquisição de intangível	(830)	(668)	-	(668)
Recebimento de dividendos	41.755	8.308	10.674	8.308
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30 2.750	3.163	2.750	3.163
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(133.310)	(288.123)	(168.908)	(292.423)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de passivo de arrendamento	15 (3.865)	(6.631)	(3.865)	(6.631)
Empréstimos, financiamentos bancários e debêntures tomados	15 269	20.461	269	20.461
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	15 (57.720)	(63.610)	(57.720)	(63.610)
Pagamento de dividendos	(21.117)	(26.395)	(21.117)	(26.395)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(82.433)	(76.175)	(82.433)	(76.175)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido	160.894	56.104	165.542	68.139
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	285.744	229.640	303.146	235.007
No fim do exercício	6 446.638	285.744	468.688	303.146
	160.894	56.104	165.542	68.139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina Uberaba S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade preponderante a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 65% da cana-de-açúcar processada pela Companhia é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar n° 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC n° 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Companhia e sua controlada acompanham os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2026.

A Companhia e sua controlada seguirão monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

1.2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Usina Uberaba S.A. e da seguinte controlada:

	País	Participação	
		2026	2025
Controlada direta			
Uberaba Energia Ltda.	Brasil	100%	100%

Uberaba Energia Ltda. – controlada

A Uberaba Energia Ltda., com sede na Fazenda Uberaba, tem como atividade a produção, consumo e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVBIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes créditos de descarbonização (Cbios) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

A comercialização dos créditos de descarbonização (Cbios) é realizada através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia e sua controlada estão apresentadas na nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e sua controlada e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.4 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 10** – Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 14** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizados; e
- **Nota 23** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 24** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e sua controlada retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) *Capital social*

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(iv) *Dividendos*

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26c.

3.4 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia e sua controlada optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia e sua controlada realizaram um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	26 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	16 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

3.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia e sua controlada. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota 30).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia e sua controlada fazem a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia e sua controlada não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986.

(ii) Venda de produtos – cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.11 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável real, exceto a controlada Uberaba Energia Ltda., a qual opta, conforme facultado pela Lei nº9.430/96, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de “Lucro Presumido”, de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pela Leis nº8.981/95 e 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e sua controlada levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e sua controlada acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e sua controlada a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua controlada e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminuem o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia e sua controlada acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia e sua controlada possuem certificação relacionada ao sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia e sua controlada recebem processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.14 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e sua controlada avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia e sua controlada alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (nota 21).

A Companhia e sua controlada remensuram o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e sua controlada aplicaram julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia e sua controlada podem exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada reconhecem o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia e sua controlada não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.15 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia e sua controlada irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia e sua controlada destinam o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia e sua controlada apurarem prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subseqüentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas na nota 12(b) e nota 26(b-ii) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia e sua controlada não tiveram quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia e sua controlada, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – *WACC*.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e sua controlada usam seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia e sua controlada, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Caixa e bancos	314	227	306	3.942
Aplicações financeiras	446.324	285.517	468.382	299.204
	<u>446.638</u>	<u>285.744</u>	<u>468.688</u>	<u>303.146</u>

A Companhia e sua controlada consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 103% do CDI (em 31 de março de 2025 a remuneração variava entre 100% e 105% do CDI).

A exposição da Companhia e sua controlada a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

7 Contas a receber – Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Contas a receber	5.499	7.983	10.278	9.390
(-) Provisão para perdas esperadas	(283)	(283)	(283)	(283)
	<u>5.216</u>	<u>7.700</u>	<u>9.995</u>	<u>9.107</u>

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia e sua controlada.

A exposição da Companhia e sua controlada a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Saldo inicial	(283)	(283)	(283)	(283)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-	-	-
	<u>(283)</u>	<u>(283)</u>	<u>(283)</u>	<u>(283)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
A vencer				
até 30 dias				
	1.234	871	5.873	2.150
de 31 até 90 dias	3.792	4.011	3.792	4.011
de 91 até 180 dias	-	212	-	212
acima de 180 dias	-	1.697	-	1.697
	5.026	6.791	9.665	8.070
Vencidos				
até 30 dias	3	419	35	419
de 31 até 90 dias	8	272	116	363
de 91 até 180 dias	-	43	-	79
acima de 180 dias	462	458	462	459
	473	1.192	613	1.320
	5.499	7.983	10.278	9.390

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia e sua controlada a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Produtos acabados entregues à Cooperativa				
- Cbios	2.952	4.973	2.952	4.973
Levedura	12	-	12	-
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	28.914	24.436	28.967	24.475
	31.878	29.409	31.931	29.448

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Saldo inicial	(165)	(165)	(165)	(165)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-	-	-
	(165)	(165)	(165)	(165)

10 Ativo biológico

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Saldo inicial	95.258	91.470
Aumento decorrente de plantio e tratos	105.125	108.133
Diminuição decorrente da amortização	(95.258)	(91.470)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	(79.082)	(12.875)
	26.043	95.258

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico, a Companhia e sua controlada utilizara o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	18.579	18.334
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	96,99	111,54
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	125,28	125,73
Valor do Kg de ATR	1,0816	1,1860
WACC (a.a.)	6,76%	6,45%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia e sua controlada, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia e sua controlada estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.3) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia e sua controlada têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia e sua controlada avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 5.594 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 2.653 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Fornecedores de cana e parceria agrícola	63.052	49.637	63.052	49.637
Fornecedores diversos	330	979	358	979
	<u>63.382</u>	<u>50.616</u>	<u>63.410</u>	<u>50.616</u>

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2026/2027.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – Consecana.

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
ICMS – saldo credor corrente	3.961	4.572	3.992	4.613
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (i)	18.208	15.907	25.692	21.215
PIS e COFINS (ii)	4.840	6.812	4.850	6.821
IRRF sobre aplicações financeiras	5.335	935	5.514	941
Outros	351	352	353	355
	<u>32.695</u>	<u>28.578</u>	<u>40.401</u>	<u>33.945</u>
Circulante	18.453	16.647	20.546	18.033
Não circulante	14.242	11.931	19.855	15.912

- (i) A Companhia e sua controlada, por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.

- (ii) O saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o saldo credor foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.

b. Imposto de renda e contribuição social saldo negativo

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
IR / CS saldo negativo (i)	1.474	28.318
	1.474	28.318

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14, que basicamente dispõe que benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício, a Companhia obteve recebimentos efetivos no valor de R\$ 35.867 (principal + juros), havendo ainda saldo a receber. Em 31 de março de 2025, R\$ 126.301 (principal + juros).

13 Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Depósito judicial terceiros (INCRA e FNDE) (i)	22.998	16.916
Outros depósitos judiciais	2.729	2.814
	25.727	19.730

- (i) Ação Judicial promovida pela Companhia, em face da União Federal, com pedido de declaração de inconstitucionalidade da exigência das contribuições devidas aos “terceiros” (INCRA e FNDE).

14 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia e sua controlada possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

Controladora e Consolidado	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado	2026
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	-	-	-	4.727	4.727
Base negativa da contribuição social	-	-	-	1.702	1.702
Provisão para contingências	311	-	311	-	311
Provisão para perdas esperadas	159	-	159	-	159
Provisão para estoques obsoletos	56	-	56	-	56
Ativo biológico - CPC 29	(2.064)	6.443	4.379	22.509	26.888
	(1.538)	6.443	4.905	28.938	33.843
Passivo não circulante					
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(25.465)	521	(24.944)	(587)	(25.531)
Arrendamentos CPC 06	-	(763)	(763)	148	(615)
Custo captação CPC 08 / CPC 20	-	-	-	(3.491)	(3.491)
Valor justo investimentos	(19.989)	(2.498)	(22.487)	(8.335)	(30.822)
Depreciação acelerada incentivada	-	-	-	(27.203)	(27.203)
	(45.454)	(2.740)	(48.194)	(39.468)	(87.662)
	(46.992)	3.703	(43.289)	(10.530)	(53.819)

15 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Empréstimos, financiamentos e financiamentos Cooperativa	330.326	250.563	385.936	299.137
Debêntures	203.745	-	203.745	-
Passivo de arrendamento	17.939	19.812	17.939	19.812
Total da dívida	552.010	270.375	607.620	318.949
Caixa e equivalente de caixa	(446.638)	(285.744)	(468.688)	(303.146)
Total da dívida líquida	105.372	(15.369)	138.932	15.803

	Empréstimos e financiamentos Cooperativa	Debêntures	Passivo de arrendamento	Total da dívida
Controladora				
Dívida em 31 de março de 2024	288.439	-	-	288.439
Movimentações que afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	20.461	-	21.576	42.037
Pagamentos – Principal	(63.610)	-	(6.631)	(70.241)
Pagamentos – Juros	(24.246)	-	-	(24.246)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	-	-	3.602	3.602
Juros provisionados	29.519	-	1.265	30.784
Dívida em 31 de março de 2025	250.563	-	19.812	270.375
Movimentações que afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	269	-	-	269
Pagamentos – Principal	(57.720)	-	(3.865)	(61.585)
Pagamentos – Juros	(21.557)	-	-	(21.557)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	127.556	193.725	841	322.122
Juros provisionados	31.215	10.020	1.151	42.386
Dívida em 31 de março de 2026	330.326	203.745	17.939	552.010
Consolidado				
Dívida em 31 de março de 2024 (não auditado)	332.123	-	-	332.123
Movimentações que afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	20.461	-	21.576	42.037
Pagamentos – Principal	(63.610)	-	(6.631)	(70.241)
Pagamentos – Juros	(25.153)	-	-	(25.153)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	-	-	3.602	3.602
Juros provisionados	35.316	-	1.265	36.581
Dívida em 31 de março de 2025 (não auditado)	299.137	-	19.812	318.949
Movimentações que afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	127.825	193.725	-	321.550
Pagamentos – Principal	(57.720)	-	(3.865)	(61.585)
Pagamentos – Juros	(22.187)	-	-	(22.187)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa				
Aquisições	-	-	841	841
Juros provisionados	38.881	10.020	1.151	50.052
Dívida em 31 de março de 2026	385.936	203.745	17.939	607.620

16 Investimentos

Nenhuma companhia contabilizada pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Controlada	129.873	121.901	-	-
Copersucar S.A.	77.837	40.683	77.837	40.683
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	69	69	69	69
Outros investimentos avaliados ao custo	129	129	129	129
	<u>207.908</u>	<u>162.782</u>	<u>78.035</u>	<u>40.881</u>

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada:

	Uberaba Energia Ltda.
Capital social integralizado 31 de março de 2026	113.281
Patrimônio líquido em 31 de março de 2026	129.873
Resultado do exercício	29.411
Participação %	100,00%
Saldo em 31 de março de 2024	109.241
Resultado de equivalência patrimonial	12.660
Saldo em 31 de março de 2025	121.901
Distribuição de dividendos	(31.081)
Aumento de capital (i)	9.642
Resultado de equivalência patrimonial	29.411
Saldo em 31 de março de 2026	129.873

- (i) Aporte de capital na investida Uberaba Energia Ltda. mediante a transferência de ativo imobilizado. Na investida, o aporte foi reconhecido no patrimônio líquido, em conta de reserva de capital.

Os registros contábeis das investidas e os saldos do patrimônio líquido e resultado do exercício correspondem aos seguintes saldos:

	Uberaba Energia Ltda.
Ativo circulante	29.010
Ativo não circulante	157.478
Passivo circulante	(2.413)
Passivo não circulante	(54.202)
Patrimônio líquido	(129.873)
Resultado	29.411
Receitas	49.483
Custos e despesas	(20.072)

17 Imobilizado

Controladora	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2024	43.437	165.146	46.877	60.274	1.293	67.755	3.292	1.706	143.595	138.859	579	672.813
Adições	55	2.041	16.233	4.995	137	83.680	-	1.011	35.479	47.067	33	190.731
Alienações	-	-	(256)	(245)	-	-	-	(12)	-	-	(579)	(1.092)
Transferências	10.240	47.379	8.889	4.008	428	-	-	665	(71.609)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(63.019)	-	-	-	-	-	(63.019)
Depreciação	(2.620)	(21.050)	(7.081)	(17.104)	(394)	-	-	(1.040)	-	(31.279)	-	(80.568)
Saldo em 31 de março de 2025	<u>51.112</u>	<u>193.516</u>	<u>64.662</u>	<u>51.928</u>	<u>1.464</u>	<u>88.416</u>	<u>3.292</u>	<u>2.330</u>	<u>107.465</u>	<u>154.647</u>	<u>33</u>	<u>718.865</u>
Custo total	76.619	372.130	115.219	122.433	3.320	621.148	3.292	11.583	107.465	359.362	33	1.792.604
Depreciação acumulada	(25.507)	(178.614)	(50.557)	(70.505)	(1.856)	(532.732)	-	(9.253)	-	(204.715)	-	(1.073.739)
Valor residual	<u>51.112</u>	<u>193.516</u>	<u>64.662</u>	<u>51.928</u>	<u>1.464</u>	<u>88.416</u>	<u>3.292</u>	<u>2.330</u>	<u>107.465</u>	<u>154.647</u>	<u>33</u>	<u>718.865</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u>51.112</u>	<u>193.516</u>	<u>64.662</u>	<u>51.928</u>	<u>1.464</u>	<u>88.416</u>	<u>3.292</u>	<u>2.330</u>	<u>107.465</u>	<u>154.647</u>	<u>33</u>	<u>718.865</u>
Adições	9	2.661	2.168	2.328	194	93.190	-	651	96.774	68.746	110.876	377.597
Alienações	(29)	(390)	(382)	(521)	-	-	-	(27)	(203)	-	(33)	(1.585)
Aporte capital investida	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.642)	-	-	(9.642)
Transferências	11.819	7.544	11.523	15.934	340	-	-	806	(47.966)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(88.416)	-	-	-	-	-	(88.416)
Depreciação	(3.222)	(23.205)	(9.264)	(17.479)	(442)	-	-	(1.138)	-	(34.910)	-	(89.660)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>59.689</u>	<u>180.126</u>	<u>68.707</u>	<u>52.190</u>	<u>1.556</u>	<u>93.190</u>	<u>3.292</u>	<u>2.622</u>	<u>146.428</u>	<u>188.483</u>	<u>110.876</u>	<u>907.159</u>
Custo total	88.418	381.945	128.528	140.174	3.854	714.338	3.292	13.013	146.428	428.108	110.876	2.158.974
Depreciação acumulada	(28.729)	(201.819)	(59.821)	(87.984)	(2.298)	(621.148)	-	(10.391)	-	(239.625)	-	(1.251.815)
Valor residual	<u>59.689</u>	<u>180.126</u>	<u>68.707</u>	<u>52.190</u>	<u>1.556</u>	<u>93.190</u>	<u>3.292</u>	<u>2.622</u>	<u>146.428</u>	<u>188.483</u>	<u>110.876</u>	<u>907.159</u>

Usina Uberaba S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2026

Consolidado	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2024 (não auditado)	43.437	165.146	46.877	60.274	1.293	67.755	3.292	1.706	287.768	138.859	1.345	817.752
Adições	55	2.041	16.233	4.995	143	85.882	-	1.011	37.571	47.067	33	195.031
Alienações	-	-	(256)	(245)	-	-	-	(12)	-	-	(1.283)	(1.796)
Transferências	10.240	47.379	8.889	4.008	428	-	-	665	(71.609)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(63.019)	-	-	-	-	-	(63.019)
Depreciação	(2.620)	(21.050)	(7.081)	(17.104)	(394)	-	-	(1.040)	-	(31.279)	-	(80.568)
Saldo em 31 de março de 2025 (não auditado)	51.112	193.516	64.662	51.928	1.470	90.618	3.292	2.330	253.730	154.647	95	867.400
Custo total	76.619	372.130	115.219	122.433	3.326	623.350	3.292	11.583	253.730	359.362	95	1.941.139
Depreciação acumulada	(25.507)	(178.614)	(50.557)	(70.505)	(1.856)	(532.732)	-	(9.253)	-	(204.715)	-	(1.073.739)
Valor residual	51.112	193.516	64.662	51.928	1.470	90.618	3.292	2.330	253.730	154.647	95	867.400
Saldo em 31 de março de 2025 (não auditado)	51.112	193.516	64.662	51.928	1.470	90.618	3.292	2.330	253.730	154.647	95	867.400
Adições	9	2.661	2.168	2.328	194	100.988	-	654	94.320	68.746	110.876	382.944
Alienações	(29)	(393)	(382)	(521)	-	-	-	(28)	(204)	-	(95)	(1.652)
Transferências	21.171	151.109	11.523	15.934	352	-	-	1.330	(201.419)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(90.618)	-	-	-	-	-	(90.618)
Depreciação	(3.472)	(32.273)	(9.264)	(17.479)	(443)	-	-	(1.209)	-	(34.910)	-	(99.050)
Saldo em 31 de março de 2026	68.791	314.620	68.707	52.190	1.573	100.988	3.292	3.077	146.427	188.483	110.876	1.059.024
Custo total	97.770	525.507	128.528	140.174	3.872	724.338	3.292	13.539	146.427	428.108	110.876	2.322.431
Depreciação acumulada	(28.979)	(210.887)	(59.821)	(87.984)	(2.299)	(623.350)	-	(10.462)	-	(239.625)	-	(1.263.407)
Valor residual	68.791	314.620	68.707	52.190	1.573	100.988	3.292	3.077	146.427	188.483	110.876	1.059.024

Obras em andamento

Refere-se substancialmente ao projeto de ampliação de moagem da Companhia, construção da fábrica de açúcar, melhorias do parque industrial e reposição de frota agrícola, os quais entrarão em operação a partir da Safra 26/27.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e de 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2026, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 118.524 (R\$ 105.414 em 31 de março de 2025) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia e sua controlada foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2026, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia e sua controlada. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.4 (iii).

18 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Fornecedores de cana	52.271	63.922	52.271	63.922
Fornecedores diversos	<u>27.989</u>	<u>42.648</u>	<u>28.113</u>	<u>44.563</u>
	<u>80.260</u>	<u>106.570</u>	<u>80.384</u>	<u>108.485</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 24.

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

a. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
				2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Nota crédito exportação (NCE)	R\$	05/2026	Juros de 1,90% a 2,14% a.a. mais CDI	401	12.942	401	12.942
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a.	423	796	423	796
Finame	R\$	01/2042	Juros de 1,82% a 1,86% a.a. mais Selic	153.637	47.304	209.247	95.878
Finame	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a.a. mais TLP	71.581	94.746	71.581	94.746
Finame	R\$	12/2030	Juros pré-fixados de 11,42% a.a. Juros pré-fixados de 6,84% e 11,43% a.a.	28.818	-	28.818	-
Cédula de produtor rural (CPR)	R\$	11/2029	a.a.	21.690	19.190	21.690	19.190
Cédula de produtor rural (CPR)	R\$	07/2033	Juros de 1,33% a 2,33% a.a. mais CDI	52.546	72.779	52.546	72.779
				<u>329.096</u>	<u>247.757</u>	<u>384.706</u>	<u>296.331</u>
Circulante				58.738	61.432	60.146	61.487
Não circulante				270.358	186.325	324.560	234.844

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safrá	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
2026/2027	-	51.084	-	53.519
2027/2028	42.522	32.782	47.085	35.913
2028/2029	38.377	27.400	42.684	30.531
2029/2030	40.654	23.490	44.704	26.621
2030/2031 a 2035/2036	148.805	51.569	190.087	88.260
	<u>270.358</u>	<u>186.325</u>	<u>324.560</u>	<u>234.844</u>

A Companhia e sua controlada possuem algumas obrigações contratuais em vigor (“covenants”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia e sua controlada são concedidos como garantias avais das controladoras e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 17.

b. Financiamentos - Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025 (não auditado)
Repasso de recursos (Selic)	49	-
Adiantamentos - Copersucar - sem correção	1.181	2.806
	<u>1.230</u>	<u>2.806</u>

c. Debêntures

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	Controladora e Consolidado	
				2026	2025 (não auditado)
Debêntures (i)	R\$	11/2035	Juros de 8,20% a.a. mais IPCA	210.020	-
Custo de captação a amortizar				(6.275)	-
				<u>203.745</u>	<u>-</u>
Circulante				10.020	-
Não circulante				193.725	-

- (i) Em 07 de novembro de 2025, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático., pela Usina Uberaba S.A. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 200.000 remunerada a IPCA + 8,20% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”). As debêntures terão prazo de liquidação de 10 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de novembro de 2025, portanto, vencimento em 16 de novembro de 2032, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2032. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de maio de 2026. A operação está indexada a DI+ 0,58% a.a. via contrato de *Swap*.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
INSS a recolher	23.622	19.056	23.625	19.063
Outros impostos a recolher	1.872	4.064	2.099	4.159
	<u>25.494</u>	<u>23.120</u>	<u>25.724</u>	<u>23.222</u>
Circulante	3.755	6.413	3.985	6.515
Não circulante	21.739	16.707	21.739	16.707

O total mantido no passivo não circulante se refere à Ação Judicial promovida pela Companhia, no exercício encerrado em 31 de março de 2023, em face da União Federal, com pedido de declaração de inconstitucionalidade da exigência das contribuições devidas aos “terceiros” (INCRA e FNDE). Conforme informado por nossos consultores jurídicos, a expectativa de eventual julgamento da ação poderá ocorrer num período superior a 2 anos da data do protocolo da Ação Judicial.

21 Passivos de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Saldos iniciais	22.057	21.576
Ajuste por remensuração	841	3.602
Despesa de depreciação	(3.151)	(3.121)
Saldos finais	19.747	22.057

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Saldos iniciais	19.812	-
Adições de novos contratos	-	21.576
Ajuste por remensuração	841	3.602
Pagamentos	(3.865)	(6.631)
Juros provisionados	1.151	1.265
Saldos finais	17.939	19.812
Circulante	3.817	3.817
Não circulante	14.122	15.995

Divulgações adicionais

A Companhia e sua controlada estimaram as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	13,69%
03 anos	12,19%
04 anos	10,41%

A Companhia e sua controlada apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Safra 2025/2026	-	3.817
Safra 2026/2027	3.817	3.817
Safra 2027/2028	3.817	3.817
Safra 2028/2029	3.817	3.817
Safra 2029/2030 em diante	11.453	11.453
Valores não descontados	22.904	26.721
Ajuste a valor presente	(4.965)	(6.909)
Saldos finais	<u>17.939</u>	<u>19.812</u>

22 Demais passivos

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Provisão parte crédito presumido ICMS	5.690	5.690	5.690	5.690
Acordos trabalhistas a pagar	16	71	16	71
Dividendos a pagar (nota 25)	196	401	196	401
Adiantamento de clientes	102	-	102	-
Contas a pagar equalização de ações Copersucar S/A	7.772	-	7.772	-
Demais passivos	102	117	107	122
	<u>13.878</u>	<u>6.279</u>	<u>13.883</u>	<u>6.284</u>

23 Provisão para contingências

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Trabalhistas	899	899
Cíveis	15	15
	<u>914</u>	<u>914</u>

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Tributária	Trabalhista	Cível	Ambiental	Total
Saldos em 31 de março de 2025	4.647	3.557	1.228	1	9.433
Saldos em 31 de março de 2026	5.528	2.725	105	1	8.359

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia e sua controlada possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia e sua controlada em relação a clientes, no que pertence ao negócio de etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta administração para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram:

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	446.638	285.744	468.688	303.146
Contas a receber - Clientes	7	5.216	7.700	9.995	9.107
Contas a receber - Cooperativa	8	36.306	60.314	36.306	60.314
Instrumentos financeiros derivativos	24	811	-	811	-
Demais ativos		4.332	4.369	4.332	4.369
		<u>493.303</u>	<u>358.127</u>	<u>520.132</u>	<u>376.936</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora	2026			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	80.260	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	89.087	150.275	164.941	361.082
Financiamentos - Cooperativa	-	1.230	-	-
Debêntures	16.934	36.094	62.132	382.942
Passivos de arrendamento	3.817	7.634	11.453	-
Demais passivos	13.776	-	-	-
	<u>203.874</u>	<u>195.233</u>	<u>238.526</u>	<u>744.024</u>

2026				
Consolidado	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	80.384	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	93.640	163.235	190.625	472.849
Financiamentos - Cooperativa	-	1.230	-	-
Debêntures	16.934	36.094	62.132	382.942
Passivos de arrendamento	3.817	7.634	11.453	-
Demais passivos	13.781	-	-	-
	<u>208.556</u>	<u>208.193</u>	<u>264.210</u>	<u>855.791</u>
2025				
Controladora	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	106.570	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	78.574	124.661	164.159	225.050
Financiamentos - Cooperativa	-	2.806	-	-
Passivos de arrendamento	3.817	7.634	11.453	-
Demais passivos	6.279	-	-	-
	<u>195.240</u>	<u>135.101</u>	<u>175.612</u>	<u>225.050</u>
2025 (não auditado)				
Consolidado	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	108.485	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	80.917	137.135	212.381	332.040
Financiamentos - Cooperativa	-	2.806	-	-
Passivos de arrendamento	3.817	7.634	11.453	-
Demais passivos	6.283	-	-	-
	<u>199.502</u>	<u>147.575</u>	<u>223.834</u>	<u>332.040</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e sua controlada, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia e sua controlada durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia e sua controlada, conforme quadros abaixo:

Controladora

	2026		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	314	446.324	446.324
Contas a receber - Clientes	5.216	-	-
Contas a receber - Cooperativa	36.306	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	811	811
Demais ativos	4.332	-	-
	46.168	447.135	447.135
Passivos			
Fornecedores	80.260	-	-
Empréstimos e financiamentos	329.096	-	400.802
Financiamentos - Cooperativa	1.230	-	-
Debêntures	203.745	-	219.120
Passivo de arrendamento	-	17.939	-
Demais passivos	13.878	-	-
	628.209	17.939	619.922

Consolidado

	2026		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	306	468.382	468.382
Contas a receber - Clientes	9.995	-	-
Contas a receber - Cooperativa	36.306	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	811	811
Demais ativos	4.332	-	-
	50.939	469.193	469.193
Passivos			
Fornecedores	80.384	-	-
Empréstimos e financiamentos	384.706	-	419.738
Financiamentos - Cooperativa	1.230	-	-
Debêntures	203.745	-	219.120
Passivo de arrendamento	-	17.939	-
Demais passivos	13.883	-	-
	683.948	17.939	638.858

Controladora	2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	227	285.517	285.517
Contas a receber - Clientes	7.700	-	-
Contas a receber - Cooperativa	60.314	-	-
Demais ativos	4.369	-	-
	<u>72.610</u>	<u>285.517</u>	<u>285.517</u>
Passivos			
Fornecedores	106.570	-	-
Empréstimos e financiamentos	247.757	-	303.220
Financiamentos - Cooperativa	2.806	-	-
Passivo de arrendamento	19.812	-	-
Demais passivos	6.279	-	-
	<u>383.224</u>	<u>-</u>	<u>303.220</u>
Consolidado			
	2025 (não auditado)		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.942	299.204	299.204
Contas a receber - Clientes	9.107	-	-
Contas a receber - Cooperativa	60.314	-	-
Demais ativos	4.369	-	-
	<u>77.732</u>	<u>299.204</u>	<u>299.204</u>
Passivos			
Fornecedores	108.485	-	-
Empréstimos e financiamentos	296.331	-	353.722
Financiamentos - Cooperativa	2.806	-	-
Passivo de arrendamento	19.812	-	-
Demais passivos	6.284	-	-
	<u>433.718</u>	<u>-</u>	<u>353.722</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de seu produto fabricado, o etanol anidro e hidratado. Em relação a este produto, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 26/27.

b. Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil			
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	50.930	19.986	22.113	19.986
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	446.324	285.517	468.382	299.204
Passivos financeiros	481.959	227.770	537.569	276.345

c. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia e sua controlada estão expostas a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos e debêntures.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Ativo					
Aplicações financeiras	6	446.324	285.517	468.382	299.204
Instrumentos financeiros derivativos ativo		811	-	811	-
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(481.959)	(227.770)	(537.569)	(276.345)

Com base no saldo das aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures, efetuamos uma análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O cenário corresponde ao considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Controladora	Exposição			Provável valor
	2026	Risco	%	
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	446.324	CDI	14,94%	66.694
Total dos ativos financeiros	446.324			66.694
Passivos financeiros				
Financiamentos - Finame	(71.582)	TLP	8,16%	(5.841)
Financiamentos – Finame	(153.637)	SELIC	16,59%	(25.488)
Financiamentos – NCE/CPRF	(52.946)	CDI	17,09%	(9.049)
Financiamentos - Cooperativa	(49)	SELIC	14,75%	(7)
Financiamentos - Debêntures	(203.745)	IPCA	12,34%	(25.145)
Financiamentos – Derivativos	811	CDI	15,86%	129
Total dos passivos financeiros	(481.148)			(65.401)
Impacto no resultado e no Patrimônio líquido				1.293

Consolidado	Exposição 2026	Risco	%	Provável valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	468.382	CDI	14,94%	69.990
Total dos ativos financeiros	<u>468.382</u>			<u>69.990</u>
Passivos financeiros				
Financiamentos - Finame	(71.582)	TLP	8,16%	(5.841)
Financiamentos – Finame	(209.247)	SELIC	16,59%	(34.714)
Financiamentos – NCE/CPRF	(52.946)	CDI	17,09%	(9.049)
Financiamentos - Cooperativa	(49)	SELIC	14,75%	(7)
Financiamentos - Debêntures	(203.745)	IPCA	12,34%	(25.145)
Financiamentos – Derivativos	<u>811</u>	CDI	15,86%	<u>129</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(536.758)</u>			<u>(74.627)</u>
Impacto no resultado e no Patrimônio líquido				<u>(4.637)</u>

Fontes: As informações da Selic, TLP, CDI e IPCA foram extraídas dos sites do BNDES, B3, Anbima e Banco Central do Brasil.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2026, o valor de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxa de juros correspondiam a R\$ 210.020.

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira de troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais *spread*. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2026, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 811. Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2026, ao valor de R\$ 209.209.

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Contratos <i>SWAP</i>	811	-
	<u>811</u>	<u>-</u>

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma receita de R\$ 811 – nota 31.

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia e sua controlada definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da Companhia e sua controlada.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2026 e de 2025 podem ser assim sumarizados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u> (não auditado)
(+) Empréstimos e financiamentos Cooperativa	330.326	250.563	385.936	299.137
(+) Debêntures	203.745	-	203.745	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(446.638)	(285.744)	(468.688)	(303.146)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(811)	-	(811)	-
(=) Dívida líquida (A)	<u>86.622</u>	<u>(35.181)</u>	<u>120.182</u>	<u>(4.009)</u>
Total do Patrimônio líquido (B)	<u>1.056.634</u>	<u>1.038.245</u>	<u>1.056.634</u>	<u>1.038.245</u>
Total do capital (A + B)	<u>1.143.256</u>	<u>1.003.064</u>	<u>1.176.816</u>	<u>1.034.236</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	<u>8</u>	<u>(4)</u>	<u>10</u>	<u>(0,3)</u>

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia e sua controlada considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia e sua controlada não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia e sua controlada são concedidos como garantias avais de Companhia controlada, das controladoras e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia e sua controlada é composto pela diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.692 (R\$ 4.092 em 31 de março de 2025). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Ativo circulante				
Demais contas a receber				
Usina Santo Antônio S.A.	-	315	-	315
Usina São Francisco S.A.	-	850	-	850
	-	1.165	-	1.165
Passivo circulante				
Fornecimento de cana-de-açúcar				
Acionistas	1.900	3.100	1.900	3.100
Demais contas a pagar				
Usina Santo Antônio S.A.	1.068	1.362	1.068	1.362
Usina São Francisco S.A.	70	101	70	101
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar	196	401	196	401
	3.234	4.964	3.234	4.964

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros				
Usina Santo Antônio S.A.	2	508	2	508
Usina São Francisco S.A.	489	1.713	489	1.713
	491	2.221	491	2.221
Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros				
Usina Santo Antônio S.A.	13.245	10.962	13.245	10.962
Usina São Francisco S.A.	1.249	830	1.249	830
Uberaba Energia Ltda.	727	196	-	-
	15.221	11.988	14.494	11.792

c. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de etanol junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a Cooperativa nas notas 30 e 31.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalizada por suas controladoras e não é avalista de seus fornecedores.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social está representado por 113.591.203 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 10 de julho de 2025 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 55.692, decorrente de deliberação assemblear.

Em 18 de julho de 2024 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 147.096, decorrente de deliberação assemblear.

b. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (b), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou, ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não constituiu reserva para incentivos fiscais.

c. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 10 de julho de 2025 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.712 e na assembleia em 26 de julho de 2024, R\$ 25.385.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	2026	2025
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	39.297	80.851
(-) Reserva legal – 5%	(1.965)	(4.043)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	(196)	(404)
Lucros à disposição da Assembleia Geral	37.136	76.404

O resultado do exercício em 31 de março de 2026, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia e sua controlada são compostas pela venda de etanol anidro e hidratado e outras receitas de vendas com energia elétrica, combustíveis, vinhaça, levedura e bagaço de cana-de açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Etanol	765.243	765.688	765.243	765.688
Cbios	13.123	23.622	13.123	23.622
Energia elétrica	-	-	51.263	22.279
Cana-de-açúcar	27.531	19.618	27.531	19.618
Venda de bagaço da cana	6.176	6.226	6.176	6.226
Levedura	17.816	15.710	17.816	15.710
Serviços prestados	3.726	3.500	3.726	3.500
Outras vendas	12.104	15.156	12.105	15.156
Receita bruta das vendas	845.719	849.520	896.983	871.799
(-) Impostos sobre vendas	(70.282)	(63.809)	(72.288)	(64.663)
(-) Devoluções e abatimentos	-	(166)	-	(166)
Receita líquida das vendas	775.437	785.545	824.695	806.970

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia e sua controlada é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, depreciação da lavoura, mão de obra, serviços de terceiros, combustíveis, lubrificantes, pneumáticos, amortização da manutenção entressafra e de tratos culturais, materiais de manutenção, produtos químicos e insumos, os quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 99% do total do custo de produção da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Despesa com pessoal	(13.049)	(12.871)	(13.130)	(12.912)
Depreciação e amortização	(546)	(453)	(546)	(453)
Despesa com comercialização	(10.578)	(21.211)	(10.578)	(21.211)
Serviços de terceiros	(28.214)	(25.244)	(28.222)	(25.255)
Outras despesas	(16.137)	(6.214)	(16.204)	(6.978)
	<u>(68.524)</u>	<u>(65.993)</u>	<u>(68.680)</u>	<u>(66.809)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função				
Vendas	(12.682)	(24.737)	(12.682)	(24.737)
Administrativas e gerais	(55.842)	(41.256)	(55.998)	(42.072)
	<u>(68.524)</u>	<u>(65.993)</u>	<u>(68.680)</u>	<u>(66.809)</u>

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Outras receitas operacionais				
Outras receitas operacionais - Cooperativa	1.523	88	1.523	88
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	2.750	3.163	2.750	3.163
Dividendos	17	149	17	149
Ganho por variação patrimonial de investida (i)	25.514	7.347	24.514	7.347
Cbrios a negociar	-	8.291	-	8.291
Reembolso de sinistros	10.455	804	10.455	804
Outras receitas operacionais	2.928	524	2.928	711
	<u>42.187</u>	<u>20.366</u>	<u>42.187</u>	<u>20.553</u>
Outras despesas operacionais				
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(481)	(7.988)	(481)	(7.988)
Custo na alienação de imobilizado	(1.553)	(513)	(1.557)	(513)
Estorno crédito ICMS CIAP	(3.493)	(6.154)	(3.625)	(6.213)
Outras despesas operacionais	(923)	(1.768)	(1.200)	(1.775)
	<u>(6.450)</u>	<u>(16.423)</u>	<u>(6.863)</u>	<u>(16.489)</u>
	<u>35.737</u>	<u>3.943</u>	<u>35.324</u>	<u>4.064</u>

- (i) O saldo refere-se substancialmente ao resultado reconhecido pela Companhia em função da variação do patrimônio líquido da investida Copersucar S.A., refletindo o ajuste a valor justo da participação societária no período.

31 Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025 (não auditado)
Receitas financeiras				
Operações Cooperativa – PN 66	88	369	88	369
Juros aplicações financeiras	42.643	29.135	45.907	29.634
Juros demais operações e outros	2.922	14.534	2.922	14.535
Resultado positivo instrumentos derivativos	811	-	811	-
	46.464	44.038	49.728	44.538
Despesas financeiras				
Operações Cooperativa – PN 66	(496)	(877)	(496)	(877)
Juros apropriados sobre financiamentos	(37.216)	(28.868)	(45.189)	(34.592)
Juros passivos de arrendamento	(1.151)	(1.265)	(1.151)	(1.265)
Descontos concedidos e outros	(3.381)	(301)	(3.397)	(336)
	(42.244)	(31.311)	(50.233)	(37.070)
Variação cambial				
Variação cambial, líquida	(3)	(4)	(3)	(4)
	4.217	12.723	(508)	7.464

32 Compromissos

A Companhia e sua controlada estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia e sua controlada tem o compromisso de comercialização de etanol, levedura e energia elétrica para safras futuras. Em 31 de março de 2026, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 249.333 metros cúbicos de etanol, a serem cumpridos até 31 de março de 2027.

Compras de insumos

A Companhia e sua controlada constantemente celebram contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura. Até a data da emissão da demonstração financeira havia R\$ 19.810 compras firmadas de insumos agrícolas, como fertilizante, herbicida, pó calcário, corretivo de solo, entre outros para a safra 26/27 e negociações com fornecedores em andamento.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia e sua controlada possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Na safra 26/27, entre contratos assumidos e negociações em andamento a estimativa total de cana a ser adquirida de fornecedores é de 1.200 (mil) toneladas.

33 Eventos subsequentes

Após 31 de março de 2026, a Companhia recebeu liberações adicionais de recursos referentes à operação de financiamento contratada junto ao BNDES, totalizando R\$ 81.401 até a data da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A operação não altera as demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de março de 2026, sendo sua divulgação efetuada em razão da relevância da operação.

Clesio Antonio Balbo
Diretor superintendente

Marco Antonio Balbo
Diretor agrícola

Ranulfo Costa
Gerente de controladoria